

A INSTITUIÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA E O PENSAMENTO DE CARNEIRO LEÃO: QUAL RURALISMO?

THE PRIMARY SCHOOL AND THE CARNEIRO LEÃO'S THINKING: WHICH RURALISM?

LA INSTITUCIÓN DE LA ESCUELA PRIMARIA Y EL PENSAMIENTO DE CARNEIRO LEÃO:
¿CUÁL RURALISMO?

Ademir Valdir dos Santos

Doutor em Educação, docente e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Instituições Escolares de Santa Catarina (GEPHIESC)
ademir.santos@ufsc.br

RESUMO

O presente estudo discute o ruralismo como elemento de constituição histórica da escola primária no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Objetiva apresentar a questão de ruralização da escola associada às problemáticas contextuais política, econômica e cultural, nutridas em um contexto de ambiguidades que oscila entre os polos rural e urbano. A metodologia que é pautada em pesquisa bibliográfica, dialoga com perspectivas de Nagle (1974) e está nucleada em aspectos do pensamento de Carneiro Leão (1919; 1946). A análise indica elementos de defesa e de oposição à ruralidade. Diz respeito ao esmaecimento do entusiasmo pela educação rural diante da ineficiência das medidas políticas e pedagógicas, as quais não tiveram êxito quando defenderam escolas caracterizadas como tipicamente rurais e processos de formação de professores específicos para o meio rural. Mostra-se o engodo de pretender que se conseguiria organizar uma instituição capaz de desempenhar, além da formação básica com os elementos culturais comuns ao país e sem prejuízo das especificidades regionais, um currículo acrescido de formação técnica do camponês através da mesma escola primária. Ficam evidentes as controvérsias quanto à escola no meio rural para atender a essa finalidade, assim como dificuldades em caracterizar que tipo de professor seria capaz de realizar tal papel com êxito. Tais perspectivas estão amalgamadas ao discurso de fixação do homem no campo, o que permite cunhar o pensamento de Carneiro Leão como ruralismo pedagógico, embora suas obras sejam dedicadas à instituição histórica da educação brasileira de modo geral.

Palavras-chave: ruralismo; escola primária; Carneiro Leão.

ABSTRACT

The following study discusses the ruralism as a historical element of Brazilian primary school during the first decades of the twentieth century. It aims to present the issue of school rurality associated with political, economic and cultural aspects, stimulated in an ambiguous environment that oscillates between the country and the city. The methodology uses bibliographical studies influenced by Nagle (1974) and Carneiro Leão (1919; 1946). The analysis indicates positive and negative aspects of rurality. It shows the gradual lack of enthusiasm regarding rural education due to the inefficiency of political and educational measures, which have not been successful when supporting schools characterized as typically rural. It also mentions specific teacher training processes for rural areas. It shows the misconception that it would be possible to organize, without considering regional cultural elements, a curriculum with a technical background, but using the same curriculum used in urban primary schools. Controversies are evident about how schools in rural areas would meet such purpose, as well as difficulties in characterizing what kind of teacher would be able to perform this role successfully. Such prospects are related to the intention of keeping people in rural areas, which

reflects Carneiro Leão's concept of pedagogical ruralism, though his works are devoted to the historical institution of Brazilian education in general.

Keywords: rurality; primary school; Carneiro Leão.

RESUMEN

Discute la ruralidad como un elemento histórico de la constitución de la escuela primaria en Brasil durante las primeras décadas del siglo XX. Tiene como objetivo presentar el tema de la ruralización de la escuela asociada a la vida política, económica y cultural, nutrido en un contexto de ambigüedad que oscila entre lo urbano y el rural. La metodología se basa en los estudios bibliográficos, en el diálogo con las perspectivas de Nagle (1974) y se nuclea en los aspectos del pensamiento de Carneiro Leão (1919; 1946). El análisis indica las defensas y la oposición a la ruralidad. Se refiere a la disminución del entusiasmo por la educación rural debido a la ineficacia de las medidas políticas y educativas, las cuales no han tenido éxito en la defensa de una escuela y procesos de formación de maestros específicos para las zonas rurales. Se muestra la idea errónea de que sería posible organizar una institución capaz de realizar, más allá de la formación básica de los elementos culturales comunes y sin perjuicio de las especificidades regionales, además de un plan de estudios complementado con la formación técnica del campesino a través de la misma escuela primaria. Controversias son evidentes en cuanto a la escuela en las zonas rurales para cumplir con este propósito, así como las dificultades en la caracterización de qué tipo de maestro sería capaz de realizar esta función con éxito. Tales perspectivas se amalgaman en el discurso de la fijación del hombre en el campo, lo que permite la acuñación de lo pensamiento de Carneiro Leão como ruralismo pedagógico, aunque sus obras se dedicaron a la institución histórica de la educación brasileña en general.

Palabras clave: ruralismo; escuela primária; Carneiro Leão.

O processo histórico de instituição da escola primária no meio rural brasileiro é um tema candente, sendo presente em discussões das políticas e práticas educacionais, arrolando análises de ordem teórico-metodológica diversas, notadamente quando se trata das polêmicas sobre o cenário nacional no século passado, momento de transformações radicais na formação social.

Este estudo elege como ponto de partida o ruralismo, ou seja, a questão da ruralização da escola associada às problemáticas contextuais em relação à política, economia e cultura. A metodologia empregada, embasada em pesquisa bibliográfica, parte das perspectivas de Nagle (1974), segundo as quais durante as primeiras décadas do século XX se conjugou a pretensa modernização brasileira à ideologia de um país essencialmente agrícola. Concomitantemente, embasamo-nos em pesquisa bibliográfica, recorrendo centralmente a duas obras do intelectual Carneiro Leão (1919; 1946), escolanovista que produziu significativa literatura dedicada à educação escolar no Brasil.

Incorpora-se à discussão o papel do Estado frente à educação e sua administração, evidenciando uma herança histórica mantenedora de dualismo no sistema escolar brasileiro: a oposição entre as escolas de elite – a secundária e a superior, e as escolas do povo – a primária e técnico-profissional. De início, enfatizamos que Nagle (1974) dedicou parcela de suas teses a discutir a organização da escola primária e da escola normal, indicando três medidas de intervenção do Governo Federal no cenário: decreto de 1918 que preconizou “auxílio financeiro aos Estados para manutenção das escolas nas antigas colônias de europeus”, medida esta que foi alinhada a estratégias de nacionalização de que foram alvo sobretudo algumas regiões meridionais do país; a Conferência Interestadual de Ensino Primário, de 1921, que devia pensar a “difusão da escola primária” e também sua nacionalização; decreto de 1925, correspondente à reforma João Luís Alves-Rocha Vaz, que previu a subvenção da União aos Estados “para a difusão da escola primária rural”.

Naquele momento, a escola primária tinha então duas formas organizativas curriculares: “fornece um curso de quatro anos de duração, nas zonas urbanas e de três, na zona rural”; depois havia a escola complementar, com mais dois anos, sendo que havia alguma relação entre este último nível e iniciativas de oferta de escola normal, ou seja, destinada “à formação de professores primários”. E neste quadro duas tendências foram mencionadas e evidenciadas: a regionalização e a ruralização. Seria a regionalização um fenômeno tardio, enquanto expressão de um esforço para ajustar os padrões de ensino e de cultura da escola primária e normal às peculiaridades da vida social em que se encontravam. Além disso, a ênfase chama a atenção para outra natureza no tratamento da instituição escolar em meio rural, que a entendia como de exigências menores em relação ao urbano: “...as **diferenças que vinham sendo adotadas quanto à escola primária urbana e rural** pois, neste caso, propunha-se tão-somente **diminuir o nível dos conhecimentos a serem ministrados às crianças da zona rural**. (NAGLE, 1974, p.269; 272, grifos nossos).

Tendo por base essa argumentação, é admissível que o ruralismo seja compreendido como fenômeno que se engendra nas primeiras décadas do século passado, implicando esforços para a ruralização da escola primária e normal. Ruralidade vinculada à ideologia do Brasil como país agrícola, difundida para combater o incipiente processo de urbanização e industrialização e que começava a influenciar com vigor o pensamento educacional.

À medida que o **nacionalismo representa um esforço de exaltação da terra e da gente brasileiras, a palavra terra, por um processo de reinterpretação, adquire um conteúdo de natureza fisiocrática: terra se traduz em produtos da terra, e assim terra e agricultura tornam-se sinônimas.** Aparecem aí as primeiras **tentativas de ruralização da escola primária e normal**, significando a contribuição destas na tarefa de **formar a mentalidade de acordo com a ideologia do Brasil, país essencialmente agrícola.** O passo foi pequeno para chegar à pregação de que **a escola deve constituir um instrumento de fixação do homem no campo.** Na **década dos anos vinte, contudo, a ruralização da escola ensaia os primeiros passos.** Alguns sinais de sua presença já podem ser sentidos; **a escola normal rural constitui um exemplo.** (NAGLE, 1974, p.272-3, grifos nossos).

Em sua obra *A educação na Primeira República*, Nagle explica também que o debate sobre a educação técnico-agrícola revelou uma paradoxal situação. Já que se dizia viver um período de revigoramento ideológico de uma raiz agrária, era de se esperar um interesse para incrementar essa modalidade. O que não ocorreu, mesmo que tenham sido exarados vários estatutos de ordem legal, entre eles: o decreto 8319, de 1910, tão prolixo que continha 591 artigos; a Reforma Sampaio Dória (1920) que também traria mudanças para a escola primária; a Reforma Baiana (Lei n. 1846, de 1925), que incluía no currículo, sob perspectiva de orientação pré-vocacional ou profissional, as matérias de agricultura e indústria locais, enquanto a Reforma no Distrito Federal (decreto n. 3281 e decreto n. 2940, de 1928) previu que “o quinto ano da escola primária abrange o ensino agrícola ou agrícola-doméstico na zona rural e industrial ou doméstico-profissional na zona urbana”.

No cenário da formação de professores, que se entendia necessário remodelar, houve a criação da Escola Normal Rural no Distrito Federal, bem como alguma preocupação com a “escola técnico-profissional”, com suas características e finalidade formativa, e mesmo sua ação visando o “ramo industrial”, nesse sentido visando a um trabalho de natureza diversa daquela preconizada para a base rural porque agora voltada à vida “da população das cidades”, “as classes proletárias” (cf. NAGLE, 1974, p.273). Tudo isso entendido como elemento de modernização do Brasil vinculada à reorganização social que se alcançaria com investimentos no setor educacional. Sublinhamos que as iniciativas desse período destacam a contraposição de modelos formativos, nutrida entre os polos do binômio urbano-rural.

Assim, tanto se discursou sobre a escolarização técnico-profissional como se abordou a educação técnico-agrícola, neste âmbito reiterando um aspecto de legislação exarado e de exequibilidade duvidosa:

...chega-se a elaborar a mais sistemática, diversificada e aparatosa legislação, praticamente sem nenhuma influência; trata-se do decreto no. 8319, de 1910, com seus 591 artigos. [...] basta pensar nas onze divisões da educação agrícola – superior, média ou teórica-prática, prática, aprendizados agrícolas, primária agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas – e no número de seus serviços e instalações complementares – estações experimentais, campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaio de máquinas agrícolas, pastos zootécnicos e postos meteorológicos. (NAGLE, 1974, p. 275).

Destacamos, ainda, a instituição dos Patronatos Agrícolas, que também pretendia impactar no motor histórico da pretensa ruralização:

... destinados “às **classes pobres**, e visam à **educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos**, e daqueles que, **por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**” (Regulamento de 1919). No seu conjunto, constituíam “um **instrumento de assistência, de proteção e tutela moral aos menores (...)** recorrendo para esse efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de **utilizar sua ação educativa e regeneradora**, com o fim de **os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural.**” Dois eram os cursos ministrados; o primário e o profissional; tais cursos e os trabalhos agrícolas proporcionariam parte da renda da instituição. (NAGLE, 1974, p.275, grifos nossos).

Doravante identificamos e discutimos outros elementos vinculados à ruralização da educação recorrendo ao pensamento de Carneiro Leão. A primeira obra a que nos referimos é O Brasil e a Educação Popular. Trata-se de conferências proferidas pelo autor em São Paulo e no Rio de Janeiro: “...vejo nelas, além da unidade do assunto, uma seqüência de ideias e uma uniformidade de pontos de vista, que conduzem francamente a um mesmo pensamento – a educação popular brasileira”; tais expressões se enfileiram com outras em que o intelectual ratifica sua “crítica de educação” ou “o resultado de uma

longa e demorada meditação sobre o Brasil e as suas possibilidades de êxito numa educação acurada e perfeita” (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.11; 12).

É importante no pensamento de Carneiro Leão o alinhamento histórico com a defesa da educação popular, apresentada como “a grande questão do momento”. Evidenciou seu alinhamento ao ideário e às tendências de modernização em voga, o que permite reconhecer sua historiografia como atrelada aos expressos da Escola Nova no Brasil. Deixou claro que entendia ser o estado de São Paulo a vanguarda educacional. Em 1916, numa conferência na Escola Normal de São Paulo, reforçou sua perspectiva de que a capital paulista era o ambiente propulsor de uma educação escolar renovada, associada à ideia de processo civilizatório e modernizante, alicerçada, entre outros elementos, na questão da formação docente integrada e em consonância com os ideais pretendidos:

Falar em S. Paulo, que tem sido o mentor alvissareiro de nossa civilização e desta Escola, de onde há de vir o espírito revigorador da nossa nacionalidade – porque é dela que sairão mestres modernos, os professores cultos, os belos espíritos que vão empreender um Brasil novo, um Brasil forte, um Brasil grandioso, pela obra prodigiosa da educação – é honra insigne para mim. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.19).

Como entre outros discursos da época, considerada uma perspectiva de cunho etno-histórico, identificamos nos seus escritos argumentos de cunho racial ao fazer distinções entre as regiões brasileiras e suas populações, bem como associando os fatores do desenvolvimento à presença de imigrantes de outras nacionalidades e aos investimentos estrangeiros no Brasil. Ao lado disso, argumentou em favor da educação tanto do povo como dos dirigentes. E apresentou uma posição em que destacou a agricultura ao lado das demais atividades econômicas. Era um de contínuo fortalecimento de concepções fisiocráticas na formação humana:

Cultivar a terra é a necessidade primeira, uma educação que nos leve a fazê-lo, com amor e proveito, a mais sabia medida para o engrandecimento da pátria. E não só o amanhã da terra, mas a fomentação das indústrias, a competência, a capacidade para a ação e o trabalho produtor, são os meios únicos de fazerem do Brasil, fraco e pobre, uma nacionalidade respeitada e grande. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.35).

Tomou ainda a questão do analfabetismo como fio condutor:

Somos um país de analfabetos e parados, repete-se dia a dia. Creio, até poucos são os países que falam tão mal de si mesmo. Entretanto, quase os remédios? Nem mesmo a morte do analfabetismo será suficiente para nossa afirmação. Certamente saber ler e escrever já será um triunfo. Porém, mais um triunfo moral que realmente decisivo ao nosso engrandecimento. Ninguém nega que é indispensável ensinar a escrever e a ler a população inteira, mas o que é preciso saber também é que se deve, juntamente com isto, fazer a nação trabalhar. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.41).

Vemos que o valor do docente foi reiterado enfaticamente, numa perspectiva de fundo político liberal porque recorrendo à defesa da individualidade:

Agindo como um perfeito educador, tendo ação completa na formação das individualidades que dirige, o mestre moderno vae influir no espirito nacional. Creio que ainda não está suficientemente compreendida a profissão do mestre no Brasil. Acredito que ele não goze ainda da consideração, carinho e respeito que lhe devíamos como elaborador da nossa pátria. A campanha em prol da educação popular terá, porém, além de muitos outros méritos o de salientar o valor do mestre. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.52).

O autor segue sua argumentação quanto às formas de escolarizar, pois para ele meramente ensinar a ler e a escrever não conduziria aos efeitos desejados, podendo significar apenas um mero processo teórico, e que poderia levar os sujeitos a aspirar por profissões que ainda não existiriam devido ao incipiente desenvolvimento econômico e ao desejo de ocupar cargos burocráticos. Assim, apregou: “É educação integral que é necessario fazer” (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.43).

Acrescentou nas falas que faziam a defesa da ruralização e a relacionavam com elementos migratórios, seja de caráter interno como no panorama de internacionalização, especulando que um empreendimento educativo desta natureza estaria também na área rural: “...os alunos desta escola se destinam especialmente às colônias no estrangeiro, tendo que viver, muitas vezes, arredios das cidades”; e ratifica sua simpatia por tais modelos, vanguardistas ao seu ver porque se afastam dos “processos tradicionais da nossa

educação clássica”: “Assim é a educação inglesa, a educação americana, a educação dos grandes povos” (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.45).

Sua visão telúrica, embasada pelo necessário apego à terra é reafirmada: **“Só uma educação prática, baseada no cultivo da terra, na capacidade de produção elevaria o Brasil a altura dos seus destinos.”** (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.48, grifo nosso).

Já em outro texto de tom modernizador, intitulado Educação Profissional, faz referência aos investimentos neste tipo de educação na Alemanha e nos Estados Unidos, lugares que visitou e onde verificou o impacto de investimentos educacionais específicos:

Mas, porque o que impera nos Estados Unidos é a capacidade de ação e todos desejam a magnitude da pátria, que não será mais que a magnitude de seus filhos, o esforço conduz-se todo para a mais bem acabada educação técnica e profissional do povo. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.63).

Citou ainda a Itália e França, sendo que desta última nação destacou a riqueza advinda da produção agrícola. Julgamos interessante seu relato sobre uma experiência de formação agrícola que conheceu na Argentina: um projeto de escolas ambulantes, que funcionavam até dentro de trens, aplicando princípios da pedagogia da alternância. Segundo ele, havia que se enfrentar o problema de frequência às escolas das populações das áreas rurais.

Convicto de seus argumentos, escreveu: “Muito melhor seria que fossemos plantar batatas”; ao lado disto, aponta a falta de formação técnica do agricultor: “A falta de uma educação técnica perfeita o nosso agricultor ainda permanece, em grande parte, rotineiro e tardigrado” (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.71).

Ademais, existe uma pergunta importante a considerar na ruralização da escola primária: Haveria necessidade de um professor específico para a atuação no meio rural, o que ao mesmo tempo exigiria tanto do setor de políticas educacionais como dos envolvidos na formação pedagógica e didática uma proposta diferente daquela destinada à preparação para a docência em ambiente urbano? No rastro desta questão, retomamos texto de Carneiro Leão que apresenta uma perspectiva de formação dos professores levando em conta tanto o regime da alternância como a identificação étnica dos sujeitos “da cidade” em relação àqueles de vida e modos de referência camponeses:

...os professores, mandados para o interior, estudaram na capital ou nas grandes cidades, cujos problemas são urbanos. Diplomaram-se em suas escolas, viveram com suas famílias nesses ambientes, aprenderam e praticaram por currículos organizados para as exigências da vida cidadina. E não é tudo. Vão ensinar nos meios matutos e sertanejos, por programas manipulados na capital, cuja distribuição de matérias e cujos métodos preconizados só por descuido cogitam das necessidades e realidades da vida no interior. Sua aspiração é correr, seu pensamento está na cidade e na família distantes, seu sentido é de hostilidade ao ambiente, sua atitude de aversão e de incompreensão ao meio que eles não compreendem e que, em retribuição, com eles antipatiza. Os professores vivem alheios aos problemas com que se defrontam, à vida que os cerca, as necessidades que os circundam, ao destino e a felicidade dos alunos e da própria comunidade.”

[Mais adiante]: ...a zona rural necessita de preparar seus filhos para resolverem os problemas regionais, para integrarem-se em seu mundo, fazendo-os progredir. As escolas do campo e do sertão requerem programas de dupla finalidade. Seus professores necessitam levar à juventude às conquistas da civilização, mas também estudar e conhecer as necessidades materiais, sociais do meio no qual vão trabalhar. Enfim, uma escola de aproveitamento dos pendores vocacionais e não da sua erradicação. (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.75).

São várias as ponderações sobre a condição docente que invocou em Sociedade Rural. Outro aspecto dizia respeito à administração escolar, pois “O dirigente escolar enviado ao setor rural não pode ser um simples burocrata, que se compraza no integral cumprimento dos seus deveres como funcionário público” (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.76). Segundo ele, “É que a escola rural como funciona – poderíamos concluir – age, não raro, no sentido da desintegração grupal, porque ao invés de enobrecer o campo, dá conta dos encantos urbanos, antes de exaltar o amor à terra; nem sequer a ele se refere, contribuindo, frequentemente, para que o homem seja um egresso do círculo de suas atividades habituais”; e por fim indica: “**Boa escola rural será aquela que trabalhar no rumo da fixação.**” (CARNEIRO LEÃO, 1919, p.77, grifo nosso).

Seguimos no tratamento da escrita de Carneiro Leão, agora pautando obra de 1946. Em O sentido da evolução cultural do Brasil, incluiu um capítulo sobre A Sociedade Rural e seus Problemas no Brasil. Este, subdividido em cinco seções, em sua introdução tratou de questões vinculantes como a extensão territorial do Brasil, a densidade da população, as condições na área rural, bem como uma antropologia sobre os tipos humanos que ocupam estas regiões. Ao lado disso, apresentou A civilização e os Trópicos, em que centralmente

trata do clima. Noutra parte discutiu Civilização, Cultura e Raça, e nos peculiares títulos denominados Fatores de Inferiorização e Ação Criadora do Brasileiro tratou da composição étnica da população bem como da presença de imigrantes. Já a última seção foi denominada A educação rural no Brasil, onde várias subdivisões indicam quais as variáveis consideradas na elaboração de seus argumentos sobre o ruralismo (CARNEIRO LEÃO, 1946, p.18):

Complexidade do problema da nossa educação rural. Educação rural e pesquisa para o conhecimento preliminar das diferentes áreas de cultura. Educação rural e comunicação. Educação rural e conhecimento precioso da diversidade desconcertante de meios naturais. A área de cultura e o problema da mobilidade do sertanejo de certas regiões nacionais. Educação rural e equilíbrio ecológico.

Pudemos vislumbrar, ainda, um conjunto de variáveis tão importantes quanto aquelas anteriores, sobre o que foram destacados fatores humanos envolvidos com o professorado e seu potencial de ação didático-pedagógica no meio rural:

Educação e processo educativo. Educação rural e o professor, o problema gravíssimo de sua formação, de sua fixação e de sua identificação com os problemas do ambiente natural e cultural. Educação rural: escola, igreja, biblioteca, imprensa, cinema, rádio. Educação rural e modificação da mentalidade brasileira no sentido do aproveitamento das reservas de ação, de são nacionalismo, de construção efetiva e de energia latente do homem do campo por todo o território do país. (CARNEIRO LEÃO, 1946, p.18)

E foi ainda nesta mesma subdivisão que Carneiro Leão abriu item específico: O problema do professor na zona rural. Este argumento se soma a elementos que ponderavam que alguns dos partidários do ruralismo indicavam a escola como responsável pelo desajustamento do homem rural, contribuindo para retirá-lo de seu meio e servindo para despertar a ambição por buscar a cidade.

Por outro lado, havia os que entendiam que na realidade os ditos ruralistas buscavam solução para este grave problema social, através da ruralização do ensino, com concomitante valorização dos estilos de vida no campo. E apregoavam a instituição de um tipo diferente de escola, que seria ajustada às comunidades e que corroborasse os padrões

culturais ali instituídos ao longo de sua história. Em outros termos, levando o camponês a perceber que deveria aceitar suas condições de vida, diminuindo os candidatos a se deslocarem para o meio citadino.

Um fator a considerar neste tipo de argumentação é justamente o exagero ou a supervalorização da escola enquanto responsável pelo êxodo rural, uma vez que “com” ou “sem” ela, não se teria conseguido esmaecer o sentimento de inferioridade das populações rurais que se entendiam partícipes de um Brasil arcaico e que desejavam buscar benefícios num novo Brasil que estaria presente em meio à civilização de caráter urbano. Neste sentido, poderíamos adjetivar o fenômeno em tela como ruralismo pedagógico, expressão frequente na historiografia e que em essência significou uma “tentativa de resgatar a educação do campo que representava o Brasil de uma maneira genuína e por isso, a justificativa de se levar para o campo uma educação específica apoiada em materiais e recursos humanos próprios para esta realidade” (RAMAL, 2016, p. 1).

Tais argumentos encontraram eco em discursos sobre o esvaziamento dos conteúdos a serem ensinados às crianças na escola no meio rural, como o de Torres (1957). Este aponta que “se a escola rural faz a simples alfabetização e as operações elementares, contribui para o êxodo rural, pois não fornece preparo profissional ou técnico e induz o sujeito a ver na fuga para a cidade a perspectiva de trabalhos mais leves e melhor remunerados do que o da enxada, do machado e da foice”; embora identifiquemos em seu texto argumento contraditório: “A ausência de escola também poderia levar o homem a sair do meio rural na ânsia de aprimoramento cultural” (TORRES, 1957, p.71; 72).

Este ponto de vista é típico do ruralismo que trata da dicotomização entre campo e cidade como núcleo analítico:

Entendemos que as escolas rurais deveriam passar por um processo de **ruralização**, para que funcionassem como legítimos centros sociais, desenvolvendo a mentalidade do aluno, aclarando-a no caminho efetivo da permanência na terra. **Escola, portanto, sem as fôrmas citadinas.** (TORRES, 1957, p.72, grifos nossos).

Fato é que tivemos defensores do ruralismo em suas variações de pensamento e correntes oposicionistas. Carneiro Leão, como outros intelectuais que se dedicaram a

compreender a escola elementar no Brasil e o papel que a ela cabia, viram na ruralidade fortalezas e fragilidades.

De modo resumido, se pode afirmar que os pontos nevrálgicos da questão se referem ao insucesso nos infrutíferos e retóricos embates, considerados ambos os polos. Dizem respeito ao esmaecimento do entusiasmo das facções na defesa de seus argumentos diante da ineficiência prática das medidas que apregoavam, que não tiveram êxito também quando defenderam escolas caracterizadas como tipicamente rurais e processos de formação de professores específicos para o trabalho no ensino rural. Neste caso, por vezes caindo no engodo de pretender que se conseguiria organizar uma escola primária em meio rural que desempenhasse, além da formação básica com os elementos culturais comuns ao país e sem prejuízo das especificidades regionais, um currículo a que se acrescentasse a busca de formação técnica do camponês através da mesma escola primária. Mas que tipo de escola poderia fazer isso, pensando sua finalidade social? E também, que tipo de professor seria capaz de realizar tal papel com êxito, num Brasil marcado pelo analfabetismo e por condições desfavoráveis de formação de mestres para a infância e juventude em todos os recantos do território brasileiro?

Tudo isso foi incorporado ao discurso de fixação do homem no campo. O debate se acirrou diante do questionamento sobre que espécie de direito se teria, diante das condições do Brasil rural, de pretender fixar seres humanos em regiões tão adversas, em situação de miséria muitas vezes associada à exploração? Ou seja, aumentando os questionamentos sobre se seria possível ruralizar colaborando para que se buscasse mudar as condições da vida campesina, humanizando-as?

REFERÊNCIAS

CARNEIRO LEÃO, A. *O Brasil e a educação popular*. 2.ed. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1919.

CARNEIRO LEÃO, A. *O sentido da evolução cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Ministério das Relações Exteriores, 1946.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2.ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 5.ed. Tomo III, 2º. Vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 259-291.

RAMAL, Camila Timpani. O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural. Disponível em:http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf. Acesso em 28 março 2016.

TORRES, Vasconcelos. *Movimentos Migratórios das Populações Rurais Brasileiras*. 1957.